



Relatório e Contas 2023

Willis – Corretores de Seguros, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2023

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem e consultoria no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 1º piso – Sala 5, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos relativamente ao exercício de 2023, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Breve enquadramento macroeconómico em 2023

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023, acima das previsões do Banco de Portugal, mas ficando aquém do crescimento homólogo de 6,8% registado em 2022. Esta desaceleração deve-se à diminuição sentida tanto no comércio internacional (importações e exportações) como na procura interna.

A inflação média anual registada em 2023 foi de 4,3% verificando-se assim um abrandamento face aos 7,8% registada em 2022. Esta descida é explicada pela descida dos preços da energia e dos bens alimentares não transformados.

A taxa de desemprego aumentou para 6,5% em 2023 ficando 0.4 pp acima de taxa registada em 2022. Quanto à população empregada em regime de teletrabalho, no 4º trimestre de 2023 registou-se um crescimento 1,2 pp face ao 3º trimestre ascendendo a 17,8% do total da população empregada.

(Dado do INE)

2) Setor Segurador

Em 2023, o volume da produção de seguro direto em Portugal decresceu cerca de 2% relativamente a 2022, cifrando-se 11,8 mil milhões de euros, dos quais cerca de 56% foram relativos aos ramos Não Vida e 44% ao

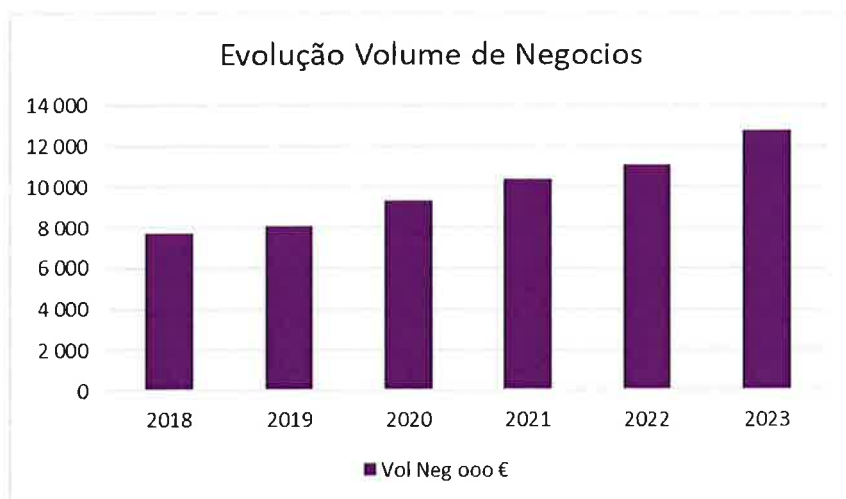
ramo Vida, conforme informação sobre a produção de seguro direto em Portugal publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os ramos Não Vida, confirmando a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 10,2%, registando 6 651 milhões de euros. De salientar o crescimento de 16,7% no ramo Doença, cujo peso relativo passou a ser de 20% no final do período. O ramo Incêndio e Outros Danos (IOD) registou igualmente um acréscimo de 109% face à anuidade transata. Os ramos de Acidentes Trabalho e Automóvel apresentaram também crescimentos de 11% e 5,8% respetivamente.

O ramo Vida decresceu 14,3%, tendo sido relevante para esta redução na produção a quebra significativa verificada nos PPR ligados.

3) Atividade Operacional

Em 2023 a Willis manteve a tendência de crescimento do volume de negócios dos últimos anos tendo atingido o valor de 12.723.049 euros, que representa um crescimento 15,1% face ao ano de 2022.



O resultado operacional cresceu em 7.4 % face ao ano de 2022. Este crescimento deveu-se ao crescimento do volume de negócios que foi acompanhado pelo crescimento nos gastos com o pessoal.

4) Atividade desenvolvida em 2023

Em 2023 continuamos a implementação em Portugal da nossa estratégia global “Growth, Simplify and Transform”, apostando no fortalecimento da nossa capacidade comercial e de resposta às necessidades dos nossos clientes, mas também na simplificação de processos e transformação tecnológica com vista a tornarmo-nos ainda mais eficientes, criando estruturas mais ágeis e preparadas para o futuro.

Portugal desempenha um papel importante nesta abordagem global, como testemunha a evolução do Lisbon Regional Delivery Hub, que em 2023 começou a suportar algumas das nossas operações na Europa.

5) Recursos Humanos

Em 2023 manteve-se a tendência de crescimento em número postos de trabalho, tendo sido atingindo um total de 141 colaboradores que transitaram para o ano de 2024.

Continuamos a apostar numa política de grande flexibilidade, baseada na responsabilidade dos colegas e na especificidade e exigência de cada função e/ou tarefa. Esta abordagem é um pilar importante da cultura WTW, baseada num conjunto de valores essenciais para nós e uma alavanca imprescindível no nosso objetivo de reter e atrair os melhores talentos.

Responsabilidade Social

Em 2023, o Comité de I&D para a WTW Portugal promoveu junto dos colaboradores da empresa a participação em diversos momentos e ações no âmbito da diversidade, equidade, inclusão e voluntariado, entre os quais:

- Recolha de bens para ajudar as pessoas afetadas pelo sismo que ocorreu na Síria e na Turquia.
- Em março, continuámos a defesa pela equidade de género, com eventos de sensibilização e partilha de experiências, incluindo uma sessão com a Professional Women’s Network, e conversas/podcast sobre carreira e equilíbrio pessoal/profissional.
- Celebrámos a multiculturalidade no dia 21 de maio (Dia Mundial para a Diversidade Cultural), onde foi possível provar comidas e bebidas de vários países.
- Apostámos na literacia financeira dos nossos colaboradores, com o podcast focado em poupança e crédito à habitação.
- Promovemos a discussão sobre a perceção da deficiência e da inclusão de pessoas com deficiência no local de trabalho, através de sessões organizadas em colaboração com a Operação de Emprego para Pessoas com Deficiência (OED).



- Em junho, celebrámos o mês de Pride, com a 2.^a edição do concurso de quadras e a participação na Lisbon Pride Parade e no Arraial Lisboa Pride.
- Em setembro, participámos no Festival Dive In, com o tema de “Desbloquear a Inovação” e a realização de um concurso de ideias inovadoras e inclusivas. As ideias vencedoras foram o Quiet Room, o Returnship Programme e o Theatre Workshop.

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Reservas livres	3 220 908

7) Perspetivas futuras

Encaramos o futuro com otimismo e ambição. Conscientes de um contexto complexo, entendemos estar preparados para apoiar ainda mais e melhor os nossos clientes externos e internos e dessa forma manter o caminho de crescimento sustentado que nos tem caracterizado. Nesse sentido reforçamos as nossas equipas e estamos a progredir na nossa estratégia de transformação e simplificação com vista a alavancar o nosso crescimento.

Vamos continuar focados em propor uma experiência de colaborador enriquecedora, inclusiva e desafiante, baseada na flexibilidade e responsabilidade.

8) Informações Diversas

Depois de alguma pesquisa, a Administração tem uma expectativa razoável de que a sociedade dispõe de recursos adequados para continuar a sua atividade operacional num futuro previsível. Dessa forma, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.



Mais detalhes sobre o princípio da continuidade podem ser encontrados na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Riscos e incertezas da conjuntura económica

Os mercados globais continuam a experienciar volatilidade e perturbações como resultado das guerras em curso entre a Rússia, a Ucrânia e Israel-Hamas. Embora a duração e o impacto destas situações em curso sejam altamente imprevisíveis, causaram e continuarão a causar perturbações nos mercados globais. Estes conflitos contribuíram para impactos negativos e para a volatilidade da economia global e dos mercados de capitais, nomeadamente com uma inflação significativa e taxas de juro flutuantes em muitos dos mercados em que a WTW opera. Isto tem impacto não só no custo e no acesso à liquidez, mas também noutros custos que a WTW tem de gerir e investir nos seus negócios.

Outros acontecimentos económicos globais, como a política monetária e fiscal em vigor e as tensões geopolíticas para além das guerras em curso, contribuíram para uma inflação significativa em todo o mundo. Em particular, a inflação nos Estados Unidos da América, na Europa e noutras geografias em que a WTW opera, subiu para níveis não registados nas últimas décadas e a WTW está a sentir o impacto em vários aspetos do seu negócio. Além disso, as condições económicas globais criaram incerteza e volatilidade no mercado. Tais condições económicas gerais, incluindo a inflação, estagflação, volatilidade política, custos de trabalho, custo de capital, aumento das taxas de juro, estabilidade bancária, disponibilidade de crédito e impostos, afetam os custos operacionais, gerais e administrativos da WTW, que não tem qualquer controlo ou capacidade de limitar tais fatores. Estas condições económicas gerais também podem ter impacto nas receitas, incluindo as receitas de clientes, bem como os rendimentos de fundos que detêm em nome de clientes e os rendimentos com pensões.

Todos os eventos anteriores ou resultados potenciais poderiam causar um efeito negativo substancial nos resultados operacionais da Sociedade em qualquer período e, dependendo da sua gravidade, também poderiam afetar material e negativamente a sua condição financeira. Tais eventos e resultados também poderiam impactar potencialmente a reputação da WTW junto de clientes e reguladores, entre outros.

A Sociedade continuará monitorizando a situação e avaliando quaisquer implicações para os seus negócios e stakeholders.

OUTROS

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 30 de abril de 2024

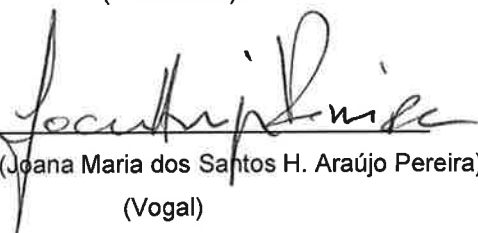
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	91 252	11 887
Ativos intangíveis	5	166 862	233 007
Ativos por impostos diferidos	7	299 370	260 183
Total do ativo não corrente		557 484	505 077
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	3 918 839	1 951 543
Acionistas	10	11 758 700	8 601 105
Outras contas a receber	8	843 456	373 455
Diferimentos	11	117 898	127 050
Caixa e depósitos bancários	4	2 293 628	1 813 038
Total do ativo corrente		18 932 521	12 866 191
Total do ativo		19 490 005	13 371 268
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reservas legais	12	120 000	120 000
Reservas livres	12	7 838 070	5 063 445
Resultado líquido do exercício		8 558 070	5 783 445
Total do capital próprio		11 778 978	8 558 070
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1 289 000	1 011 039
Total do passivo não corrente		1 289 000	1 011 039
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	3 191 448	1 727 994
Adiantamento de Clientes	8	1 458 858	959 623
Estado e outros entes públicos	9	777 533	319 824
Acionistas	10	-	-
Outras contas a pagar	14	994 186	794 718
Total do passivo corrente		6 422 027	3 802 159
Total do passivo		7 711 027	4 813 198
Total do capital próprio e do passivo		19 490 005	13 371 268

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

Lisboa, 30 de abril de 2024

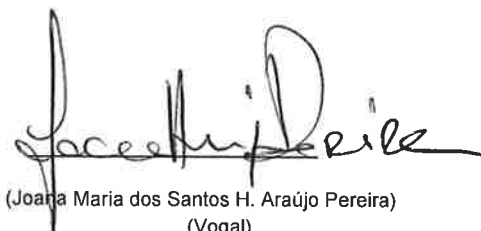
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

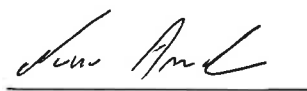
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Serviços prestados	15	12 723 049	11 052 934
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 623 155)	(1 385 671)
Gastos com o pessoal	17	(6 312 283)	(5 803 913)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	1 985	(18 384)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(277 961)	280 417
Outros rendimentos e ganhos	18	20 415	65 909
Outros gastos e perdas	18	(302 116)	(249 428)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 229 934	3 941 864
Gastos de depreciação e de amortização	5	(134 892)	(130 707)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 095 042	3 811 157
Juros e rendimentos similares obtidos	19	358 615	25 933
Resultado antes de impostos		4 453 657	3 837 090
Impostos sobre o rendimento do exercício	20	(1 232 749)	(1 062 465)
Resultado líquido do exercício		3 220 908	2 774 625
Resultado por ação básico		26,8	23,1

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lisboa, 30 de abril de 2024

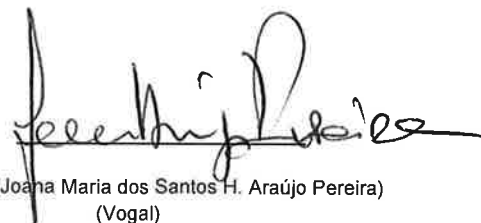
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Reserva livre	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2021		600 000	120 000	2 552 480	2 510 965	5 783 445
Operações com detentores de capital no exercício						
Transferência para Reservas Livres	12	-	-	2 510 965	(2 510 965)	-
Resultado líquido do exercício					2 774 625	2 774 625
Saldos em 31 de dezembro de 2022		600 000	120 000	5 063 445	2 774 625	8 558 070
Operações com detentores de capital no exercício						
Transferência para Reservas Livres	12	-	-	2 774 625	(2 774 625)	-
Resultado líquido do exercício					3 220 908	3 220 908
Saldos em 31 de dezembro de 2023		600 000	120 000	7 838 070	3 220 908	11 778 978

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Lisboa, 30 de abril de 2024

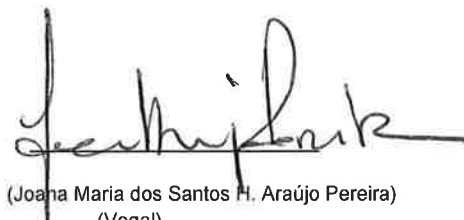
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	129 559 684	119 816 109
Pagamentos a fornecedores	(118 907 332)	(111 357 146)
Pagamentos ao pessoal	(6 106 991)	(5 793 019)
Caixa gerada pelas operações	4 545 361	2 665 944
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(876 282)	(1 234 877)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4 340 040	610 624
Outros recebimentos / pagamentos	(150 253)	(182 364)
Fluxos das atividades operacionais [1]	3 858 866	1 859 327
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Acionistas	1 110 000	150 000
	1 110 000	150 000
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(96 529)	(178)
Ativos intangíveis	(51 708)	(7 527)
Acionistas	(4 000 000)	(2 400 000)
	(4 148 237)	(2 407 705)
Fluxos das atividades de investimento [2]	(3 038 237)	(2 257 705)
Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]	820 629	(398 378)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 1 087 483	1 485 861
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 1 908 112	1 087 483

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)

(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)

(Jovana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:

(Eulália Maria Machado Gomes)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando esta como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2024.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.





3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Equipamento administrativo

Anos

3 - 8

Equipamento básico

4 - 10





As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição e desenvolvimento de software utilizado na atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.



As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.





b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Acionistas*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

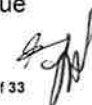
Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que





estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros, incluindo avaliações e análises de riscos, bem como assistência operacional a empresas e outros organismos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros



A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o





trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:





- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.





3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como “Gastos com o pessoal”.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes



Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que





dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	385 516	725 555
· Fundos recebidos de clientes Resseguro	1 478 792	1 003 983
· Fundos da atividade operacional	429 320	83 500
	<u>2 293 628</u>	<u>1 813 038</u>

São excluídos da rubrica de “Caixa e seus equivalentes”, para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.






5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	2023									
	Saldo Inicial			Amortizações e Depreciações do Exercício				Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Outros	Depreciações do Exercício	Abates	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	195 552	(183 665)	11 887	5 353	-	(9 566)	(54 981)	145 924	(138 250)	7 674
Equip básico	9 918	(9 918)	-	91 176	-	(7 598)	(9 918)	91 176	(7 598)	83 578
	205 470	(193 583)	11 887	96 529	-	(17 164)	(64 899)	237 100	(145 848)	91 252
Ativos intangíveis										
Software	813 915	(580 908)	233 007	51 708	(125)	(117 728)	(199 415)	666 208	(499 346)	166 862
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	813 915	(580 908)	233 007	51 708	(125)	(117 728)	(199 415)	666 208	(499 346)	166 862
	1 019 385	(774 491)	244 894	148 237	(125)	(134 892)	(264 314)	903 308	(645 194)	258 114

	2022									
	Saldo Inicial			Amortizações e Depreciações do Exercício				Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Transferência	Depreciações do Exercício	Abates	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	195 374	(166 770)	28 604	178	-	(16 895)	-	195 552	(183 665)	11 887
Equip básico	9 918	(9 918)	-	-	-	-	-	9 918	(9 918)	(0)
	205 292	(176 688)	28 604	178	-	(16 895)	-	205 470	(193 583)	11 887
Ativos intangíveis										
Software	806 387	(467 096)	339 291	7 527	35 438	(113 812)	-	813 915	(580 908)	233 007
Em curso	-	-	-	-	(35 438)	-	-	-	-	-
	806 387	(467 096)	339 291	7 527	-	(113 812)	-	813 915	(580 908)	233 007
	1 011 679	(643 784)	367 895	7 705	-	(130 707)	-	1 019 385	(774 491)	244 894

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Até 1 Ano	261 210	213 839
Entre 1 a 5 anos	700 858	690 819
A mais de 5 anos	0	78 525
	962 068	983 183



O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Pagamentos mínimos	275 725	272 754
Outros	516	7 658
	<u>276 241</u>	<u>280 412</u>

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Ativos por impostos diferidos” corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	260 183	330 770
Reforços (Nota 20)	54 188	-
Reversões (Nota 20)	(15 001)	(70 587)
	<u>299 370</u>	<u>260 183</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:






	2023			2022		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
Clientes						
Conta Corrente	3 956 833	(37 994)	3 918 839	1 982 484	(30 941)	1 951 543
	<u>3 956 833</u>	<u>(37 994)</u>	<u>3 918 839</u>	<u>1 982 484</u>	<u>(30 941)</u>	<u>1 951 543</u>
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Serviços prestados a faturar	741 807	-	741 807	303 407	-	303 407
Outros devedores						
Cauções relativas a contratos de arrendamento	52 968	-	52 968	53 208	(18 283)	34 925
Adiantamentos ao pessoal	6 019	-	6 019	5 697	-	5 697
Juros a receber	39 409	-	39 409	25 933	-	25 933
Outros	3 253	-	3 253	3 493	-	3 493
	<u>843 456</u>	<u>-</u>	<u>843 456</u>	<u>391 738</u>	<u>(18 283)</u>	<u>373 455</u>
	<u>4 800 289</u>	<u>(37 994)</u>	<u>4 762 295</u>	<u>2 374 222</u>	<u>(49 224)</u>	<u>2 324 998</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar" refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Clientes – Conta corrente" inclui 396.200 euros e 258.282 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2023	2022
Clientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	30 941	26 478
Reforços	37 994	30 941
Reversões	(21 696)	(12 557)
Utilizações	(9 245)	(13 921)
	<u>37 994</u>	<u>30 941</u>
Outros devedores		
Saldo inicial	18 283	18 283
Reforços	-	-
Reversões	(18 283)	-
	<u>-</u>	<u>18 283</u>



O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, corresponde a um rendimento no





montante de 1.985 euros (gasto no montante de 18.384 euros em 2022) e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta o montante de 1.458.858 euros e 959.623 euros respetivamente, correspondente a pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2023 e 2022.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 20)	1 271 936	991 878
Pagamentos por conta	(755 785)	(871 465)
	516 151	120 413
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	82 005	53 721
Contribuições para a Segurança Social	127 326	77 606
Imposto sobre o Valor Acrescentado	43 574	66 641
Outros impostos	8 477	1 443
	<u>777 533</u>	<u>319 824</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os membros dos órgãos sociais da Sociedade não foram remunerados, pelo exercício dos respetivos cargos.

Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:



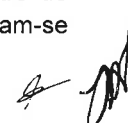



	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Towers Watson Portugal	-	-	-	7 203
Willis Ibéria	94 758	(8 850)	177 545	(3 329)
Willis Towers Watson Limited	31 454	64 290	10 296	227 532
Willis Corretores de Resseguros Ltda (Brasil)	45 001	-	46 128	-
Willis South Africa	-	4 579	-	-
Willis Towers Watson France	4 000	-	1 000	-
Willis AG	-	-	1 000	-
Willis NY	0	-	12 764	-
Willis I/S Denmark	3 000	-	-	-
Willis Towers Watson Versicherungsmakler GmbH	162 107	-	-	10 000
WTW Japan	-	-	-	1 251
Willis Towers Watson Northeast, Inc.	11 599	-	969	-
Willis Towers Watson Midwest, Inc.	4 129	-	1 672	-
Willis Towers Watson Insurance Services West	-	-	571	-
Willis Insurance Broker (China)	-	444 975	-	374 000
Willis Towers Watson SA NV	4 200	73 797	6 338	6 000
Willis Towers Watson Polska	1 350	-	-	-
Willis Towers Watson US LLC	2 500	-	-	-
Willis Insurance Services	2 098	-	-	-
Gras Savoye Guinee	25 285	-	-	-
Willis Towers Watson Sigorta ve Reasürans Brokerli	4 718	-	-	-
Willis Mexico	-	-	-	1 000
	<u>396 200</u>	<u>578 791</u>	<u>258 282</u>	<u>623 656</u>
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	11 798 109	-	8 549 495	-
Willis Ibéria	-	-	77 543	7 527
Willis Group Services Limited	-	-	-	-
Towers Watson Portugal	-	69 000	-	69 000
	<u>11 798 109</u>	<u>69 000</u>	<u>8 627 038</u>	<u>76 527</u>
	<u>12 194 309</u>	<u>647 791</u>	<u>8 885 320</u>	<u>700 183</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 11.758.700 euros e 8.523.562 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19), correspondente a uma taxa de juro anual indexada à Euribor 1 mês, com um mínimo de 0%. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontram-se ainda registados em contas a receber um acréscimo de rendimentos por juros ainda não faturados, no montante de 39.409 euros e 25.933 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade mantém um saldo negativo com a Willis Ibéria nos montantes de 8.850 euros e 3.329 euros respetivamente, que corresponde a sinistros de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas "Clientes" e "Fornecedores".



As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2023	2022
Serviços prestados (Nota 15)	1 450 706	633 409
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(495 854)	(413 414)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	358 615	25 933
	1 313 467	245 928

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Fundo de Compensação do Trabalho	48 688	47 688
Rendas	17 384	15 272
Seguros	32 073	32 803
Outros diferimentos	19 753	31 287
	117 898	127 050

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada. Em 2020 o capital era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A , no entanto, em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade.

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta reserva encontrava-se totalmente constituída.

Aplicação do resultado:

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2023, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 2.774.625 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 19 de abril de 2022, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 2.510.965 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

O artigo 18, n.º 1, alínea b), do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de estrutura económico-financeira adequadas ao exercício da atividade. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º da Norma Regulamentar n.º 13/2020 R, de 30 de dezembro, a qual entrou em vigor em fevereiro de 2021, no âmbito da análise da adequação da estrutura económico-financeira do corretor de seguros pessoa coletiva, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, verifica se os indicadores de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez geral correspondem a valores iguais ou superiores, respetivamente a 15%, 20% e 100%. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade encontra-se a cumprir com os referidos indicadores.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica "Provisões" durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser detalhado da seguinte forma:





	2023	2022
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	1 011 039	1 291 456
Reforços	325 500	-
Reversão	(47 539)	(280 417)
	1 289 000	1 011 039

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade incluindo as contingências provenientes de pleitos judiciais em curso.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores		
Companhias de seguros (Nota 21)	3 127 988	1 570 499
Outros fornecedores	63 460	157 495
	3 191 448	1 727 994
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações e respetivos encargos	757 668	529 191
Honorários	29 702	32 160
Seguros	-	-
Outros	151 045	171 025
Credores (Partilha Comissões) (Nota 21)	55 370	53 622
Outros credores	403	8 720
	994 188	794 718
	4 185 636	2 522 712

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Fornecedores" inclui 578.791 euros e 623.656 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outras contas a pagar – Credores por acréscimos de gastos - Outros" inclui o montante de 69.000 euros, relacionado com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outras contas a pagar – Outros credores" inclui o montante de 7.527 euros, relacionado com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).






15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Corretagem Seguros	11 160 453	9 985 788
Mediação de Resseguros	319 063	442 552
Honorários	1 243 533	624 594
	<u>12 723 049</u>	<u>11 052 934</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Serviços Prestados" inclui 1.450.706 euros e 633.409 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhos especializados	876 894	711 813
Rendas e alugueres	329 474	320 732
Comissões	140 912	124 972
Honorários	-	8 623
Conservação e reparação	41 443	45 018
Comunicação	20 008	16 110
Deslocações e estadas	45 888	20 539
Seguros	28 769	29 117
Despesas de representação	17 484	13 866
Outros	122 283	94 881
	<u>1 623 155</u>	<u>1 385 671</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" inclui 495.854 euros e 413.414 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo (Nota 10).






17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações do pessoal	4 189 903	3 160 700
Encargos sobre remunerações	946 679	742 147
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	19 503	19 143
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	30 699	-
Indemnizações	369 840	769 650
Outros	755 659	1 112 273
	<u>6 312 283</u>	<u>5 803 913</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 111 e 89 colaboradores, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outros" inclui essencialmente gastos com vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	6 963	33 753
Subsídios à exploração	3 992	10 268
Outros rendimentos e ganhos	9 460	21 888
	<u>20 415</u>	<u>65 909</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	286 409	208 314
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3 240	25 760
Outros gastos e perdas	12 467	15 354
	<u>302 116</u>	<u>249 428</u>






Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos e perdas – Impostos” respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	358 615	25 933
	<u>358 615</u>	<u>25 933</u>

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2023 e 2022 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.






Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2023	2022
Imposto corrente do exercício	1 271 936	991 878
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(39 187)	70 587
	<u>1 232 749</u>	<u>1 062 465</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	4 453 657	3 837 090
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	<u>1 002 073</u>	<u>863 345</u>
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	34 577	(62 282)
Diferenças permanentes (ii)	41 406	(6 086)
Tributações autónomas	95 139	135 904
Derrama estadual	98 741	60 997
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	<u>1 271 936</u>	<u>991 878</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2023	2022
Reforços / (Reversões) registados com provisões	171 957	(276 811)
Reforços / (Reversões) registados com imparidade (Nota 8)	(18 283)	-
	<u>153 674</u>	<u>(276 811)</u>
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	<u>34 577</u>	<u>(62 282)</u>






(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Benefícios fiscais	(27 351)	(61 550)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	111 396	18 638
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	1 750	2 453
Despesas não dedutíveis	11 243	15 037
Outros, líquidos	86 990	(1 629)
	184 028	(27 051)
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	41 406	(6 086)

Nos exercícios de 2023 e 2022, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito à atribuição de cheques creche aos colaboradores.

21. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

I - Nos termos do n.º 1 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.






O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Para este efeito são criados acréscimos de receitas para o período do risco ainda não faturados. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações auferidas pela Sociedade durante os exercícios de 2023 e 2022 foram recebidas em cheque, transferências bancárias ou descontadas nas prestações de contas efetuadas às empresas de seguros, sendo desagregadas da seguinte forma:





	2023	2022
Comissões Distribuição Seguros	10 987 581	9 975 469
Comissões Distribuição Resseguros	375 066	390 901
Outras Remunerações (Comissões)	116 869	61 970
Honorários por Distribuição de Seguros	304 581	468 024
Honorários por Prestação de Serviços	1 004 748	251 208
Outras Remunerações (Honorários)	(65 796)	(94 638)
	12 723 049	11 052 934

As rubricas Outras Remunerações englobam os acréscimos e diferimentos de remuneração fruto do critério de reconhecimento de receitas bem como as partilhas de remunerações com as empresas do Grupo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2023 e 2022 apresentam a seguinte composição:

	2023		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	378 031	9 853 827	10 231 858
Outros Mediadores	-	755 723	755 723
	378 031	10 609 550	10 987 581
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	-	304 581	304 581
	378 031	10 914 131	11 292 162






	2022		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	322 880	9 345 135	9 668 015
Outros Mediadores	-	307 454	307 454
	<u>322 880</u>	<u>9 652 589</u>	<u>9 975 469</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	22 996	445 028	468 024
	<u>345 876</u>	<u>10 097 617</u>	<u>10 443 493</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos liquidados às companhias de seguros e outros mediadores durante os exercícios de 2023 e 2022 independentemente do momento do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2023 e de 2022 apenas uma empresa de seguros representou mais de 25% das remunerações totais recebidas pela Sociedade, tendo atingido 29,6% e 29,7% respetivamente.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2021	<u>1 336 180</u>
Movimento do ano (débito)	108 562 100
Movimento do ano (crédito)	(109 172 725)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2022 (Nota 4)	<u>725 555</u>
Movimento do ano (débito)	118 743 374
Movimento do ano (crédito)	(119 083 413)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2023 (Nota 4)	<u>385 516</u>




f) Valores das contas a receber e a pagar

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos saldos incluídos em clientes e outras contas a receber, desagregados por origem, relacionados com a atividade de corretagem de seguros eram como segue:

	2023		2022	
	Cientes (Nota 8)	Outras contas a receber (Nota 8)	Cientes (Nota 8)	Outras contas a receber (Nota 8)
Tomadores de seguro	3 514 209	-	1 433 182	-
Cientes	535 502	-	424 407	-
Resseguro	(92 878)	-	124 895	-
Serviços prestados a faturar	-	741 807	-	303 407
	<u>3 956 833</u>	<u>741 807</u>	<u>1 982 484</u>	<u>303 407</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Clientes – Conta corrente" inclui 396.200 euros e 258.282 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Adiantamentos de clientes", apresenta um saldo no montante de 1.458.858 euros e de 959.623 euros, respetivamente, correspondente aos pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2023 e 2022.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos saldos incluídos em fornecedores e outras contas a pagar relacionados com a atividade de corretagem de seguros apresentavam a seguinte composição:






	2023		2022	
	Fornecedores (Nota 14)	Outras contas a pagar (Nota 14)	Fornecedores (Nota 14)	Outras contas a pagar (Nota 14)
Empresas de seguros	2 281 118	-	941 822	-
Resseguro	846 870	-	628 677	-
Mediadores		55 370		53 622
	3 127 988	55 370	1 570 499	53 622

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecedores” inclui 578.791 euros e 623.656 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2023		2022	
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1 798 190	-	1 968 003
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	4 111 677	4 111 677	1 650 374	1 650 374
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(558 163)	(455 139)	(65 138)	(719 331)
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
• Já cobrados	-	(225 832)	-	(293 176)
• Por cobrar	-	(405 642)	-	(189 793)
Outros valores:				
• Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	535 502	-	424 407	-
• Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	-	(1 354 502)	(28 946)	(848 736)
• Recebimentos de clientes após fecho contabilístico ainda não processados			1 787	
• Outros valores	(132 183)	(340 764)	-	3 158
	3 956 833	3 127 988	1 982 484	1 570 499



h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como da imparidade registrada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2023		2022	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	2 373 408	-	1 393 600	-
De 1 a 3 meses	723 073	-	285 470	-
De 3 a 6 meses	358 085	-	84 997	-
	<u>3 454 566</u>	<u>-</u>	<u>1 764 067</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	377 183	35 576	72 531	8 777
Entre 1 e 2 anos	67 265	2 418	87 382	22 164
Superior a 2 anos	57 819	-	58 504	-
	<u>502 267</u>	<u>37 994</u>	<u>218 417</u>	<u>30 941</u>
	<u>3 956 833</u>	<u>37 994</u>	<u>1 982 484</u>	<u>30 941</u>

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.






l) Descrição de obrigações contingentes

À data de 31 de dezembro de 2023, estão em curso dois processos judiciais, sendo que num deles apesar de não existirem alegações contra a Willis, o juiz rejeitou a saída do processo e aguarda-se a marcação do julgamento e no outro processo, o recurso da parte contrária foi recusado e aguarda-se a decisão sobre as custas processuais. O Conselho de Administração da Sociedade entendeu, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, registar nas contas da Sociedade o valor de 375.000 euros para fazer face a eventuais indemnizações a pagar pela Sociedade e aos custos associados a estes processos judiciais (honorários de advogados, taxas de justiça, etc.).

II - Nos termos do n.º 2 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, divulga ainda a seguinte informação:

a) Quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas à Sociedade em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens face ao total de remunerações provenientes de empresas de seguros:

	2023			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A	106 114	3 236 874	3 342 988	29,6%
Generali Seguros, S.A.	103 221	2 338 037	2 441 258	21,6%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A	7 398	1 019 080	1 026 478	9,1%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, SA	-	870 231	870 231	7,7%

	2022			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A	72 636	3 031 921	3 104 557	29,7%
Generali Seguros, S.A.	104 310	2 288 380	2 392 690	22,9%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A	6 717	996 760	1 003 477	9,6%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, SA	-	672 811	672 811	6,4%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos liquidados durante os exercícios de 2023 e 2022, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.




- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

III - De acordo com o n.º 3 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto mediador de resseguros, divulga ainda a seguinte informação:

- a) Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Willis não recebeu fundos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança.
- b) Durante os exercícios de 2023 e 2022, não foram confiados à Willis pelas empresas de resseguro fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas.

22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 18º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 19.510 euros ou, se superior, ao valor correspondente a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

Dos fundos referidos acima, excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC e Lusitania no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.





Continuidade das operações

Os Administradores avaliam anualmente se existem condições ou eventos, considerados em conjunto, que levantam uma incerteza material sobre a capacidade da Sociedade continuar a sua atividade no prazo de um ano após a data em que as demonstrações financeiras são emitidas. A avaliação dos administradores baseia-se em condições e acontecimentos relevantes que são conhecidos e razoavelmente perceptíveis à data em que as demonstrações financeiras são emitidas.

As atividades empresariais da Sociedade e os fatores suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento e posição futura, incluindo o impacto atual e esperado de mudanças como resultado de acontecimentos mundiais, são definidos no relatório de gestão.

A Sociedade atende às suas necessidades diárias de fundo de maneiio através de um acordo cash pooling gerido pela tesouraria da WTW que analisa as previsões e projeções da Sociedade, tendo em consideração mudanças razoavelmente possíveis nas taxas de juro, demonstrando que a Sociedade deve ser capaz de operar dentro do nível do seu atual acordo.

O resultado operacional da Sociedade melhorou em relação ao ano anterior e gerou fluxos de caixa operacionais no ano corrente. Como consequência, os Administradores acreditam que a Sociedade está bem posicionada para gerir com sucesso os seus riscos de negócio, apesar da incerteza nas atuais perspetivas económicas.

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, a Sociedade procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos clientes da Sociedade resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis. No entanto, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Tendo avaliado as respostas às questões colocadas, incluindo o impacto atual e esperado das mudanças resultantes de acontecimentos mundiais, os Administradores não têm motivos para acreditar que exista uma incerteza material que possa lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade continuar em atividade ou a sua capacidade de reembolsar periodicamente os empréstimos devidos. Como consequência do levantamento das respetivas informações, os Administradores têm uma expectativa razoável de que a Sociedade dispõe de recursos apropriados para continuar a sua existência operacional por um período de pelo menos doze meses a partir da data de aprovação das demonstrações financeiras. Por esta razão, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.



23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2023.

Lisboa, 30 de abril de 2024

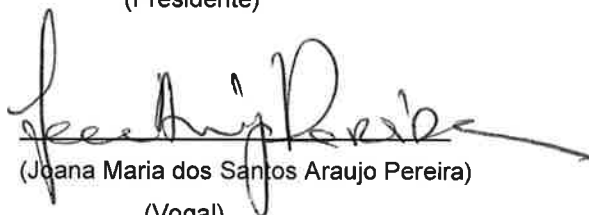
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos Araujo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

About WTW

At WTW (NASDAQ: WTW), we provide data-driven, insight-led solutions in the areas of people, risk and capital. Leveraging the global view and local expertise of our colleagues serving 140 countries and markets, we help you sharpen your strategy, enhance organisational resilience, motivate your workforce and maximise performance. Working shoulder to shoulder with you, we uncover opportunities for sustainable success — and provide perspective that moves you. Learn more at [wtwco.com](https://www.wtwco.com).

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 19.490.005 euros e um total de capital próprio de 11.778.978 euros, incluindo um resultado líquido de 3.220.908 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Willis – Corretores de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, a qual não contém reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de abril de 2024

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto